

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização,  
Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA.**

27.<sup>a</sup> Reunião — 1.<sup>a</sup> audição  
(24 de Julho de 2012)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (Vitalino Canas) declarou aberta a reunião às 9 horas e 50 minutos.

Foi ouvido, em audição, à porta fechada, o Sr. Dr. Abdool Vakil (Ex-Presidente do Conselho de Administração do BPN), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Ana Catarina Mendonça e Basílio Horta (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP), João Semedo (BE) e Hugo Velosa (PSD).

O Sr. **Presidente** (Vitalino Canas): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 50 minutos.*

Srs. Deputados, a ordem de trabalhos desta manhã é conhecida, o Sr. Dr. Abdool Vakil manifestou o desejo de esta reunião ser realizada à porta fechada, nos termos da lei, pelo que vou pedir-lhe que fundamente essa solicitação, para, depois, haver uma deliberação, que, como sabem, tem de ser feita por esta Comissão em reunião pública.

Portanto, por enquanto, estamos ainda em reunião pública, já que, só depois de a deliberação ser tomada, se for tomada, é que passará a ser à porta fechada.

Dou a palavra ao Sr. Dr. Abdool Vakil, a quem agradeço, desde já, a presença, para fundamentar o seu pedido de funcionarmos à porta fechada nesta sessão.

Faça favor, Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil** (Ex-Presidente do Conselho de Administração do BPN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, só queria preservar a minha imagem e a minha privacidade. Estou disponível para esclarecer tudo o que for preciso, mas não queria fazê-lo em público. É só isto, mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Dr. Abdool Vakil.

Algum dos Srs. Deputados deseja intervir? Algum dos Srs. Deputados pretende opor-se a que hoje esta Comissão funcione à porta fechada?

*Pausa.*

Como não há objeções, peço aos Srs. Jornalistas que se retirem, para darmos início a esta audição.

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos prosseguir os trabalhos.

De acordo com a nossa grelha de intervenções, o primeiro partido a intervir é o Partido Socialista, através da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

Uma vez que o Sr. Dr. Abdool Vakil não pretende fazer qualquer intervenção inicial, dou de imediato a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada para colocar as questões.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Abdool Vakil, queria agradecer a sua presença nesta Comissão e dizer que, para nós, a importância da sua vinda a esta Comissão decorre do período em que, evidentemente, esteve à frente do BPN.

A primeira questão que quero colocar, uma vez que o Sr. Doutor vem de trás também, já conhecia o BPN e assume-o em fevereiro de 2008, é a seguinte: como é que encontrou o BPN, à época?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Conhecia o BPN e isso resultou da minha transação, da venda, do Banco Efisa ao Grupo, mas eu estive sempre ligado apenas ao Efisa, porque a minha condição era a que houvesse aquilo a que os ingleses chamam «*chinese bowls*», senão, não valeria a pena eu continuar no Banco Efisa. Portanto, continuei como presidente e era, como diziam lá, o único presidente de uma empresa do Grupo diferente do presidente do Grupo todo. E só assim é que eu achava que um banco de investimento podia trabalhar: havendo separação de áreas.

Portanto, eu conhecia o BPN, digamos, muito vagamente, embora, depois, tenha sido convidado para ser administrador, mas eu tinha só o pelouro internacional, que é a minha vocação, e, assim, eu ia uma vez por semana aos conselhos.

Quanto à questão de saber o que eu vi quando estive como presidente... Não foi com muita vontade que eu quis aquilo, mas, pronto, pediram-me, os quatro acionistas, que fosse presidente, porque precisavam de ter essa função preenchida, e eu fiz.

O grande problema que eu tive durante aqueles quatro meses, mais ou menos, foi quando o Banco de Portugal, com quem eu mantinha relações — já conheço, há muitos anos, muitas pessoas de lá —, me pediu, porque havia coisas que não conseguiam obter durante não sei quanto tempo, que os ajudasse a procurar os *dossiers*. É claro que não foi muito fácil, porque as pessoas que tinham os *dossiers* fechavam-se todas e nunca davam acesso a nada. Mas consegui ainda algumas coisas, e foi isso que fui dando, foi este o meu papel, ao fim e ao cabo, quase de detetive, de procurar coisas para entregar ao Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, então, com esta sua afirmação final, podemos concluir que, ao longo desses 4 ou 5 meses de presidência do BPN, ao encontrar — não quer aqui classificar, mas permita-me que o faça, porque o temos feito nestas audições — casos de polícia denunciou-os à supervisão, por um lado, e, por outro, denunciou-os às autoridades judiciais, ou não? É que o Sr. Dr. Miguel Cadilhe diz que o Dr. Abdool Vakil não fez nenhuma denúncia ao Banco de Portugal e que isso só ocorre, posteriormente, com a presidência do Dr. Cadilhe.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Abdool Vakil, faça favor.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não quero comentar o que os outros dizem.

A única coisa que posso dizer é que eu fiz a minha função de informar o Banco de Portugal sobre aquilo que eles queriam e na medida em que eu conseguia obter informações. Isso, eu fiz. Também quis dar informações ao Dr. Cadilhe, quando soube que ele iria para lá, mas nunca tive oportunidade de falar com ele antes disso. Até fiz um relatório, que depois apresentei, na altura em que me fui embora, na assembleia geral, daquilo que vi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, mas não querendo — percebo e respeito — comentar afirmações de outros, vamos, então, a factos concretos.

No fundo, o que o Sr. Doutor me está aqui a dizer é que fez o papel de investigador, ao longo de quatro meses, e passou a informação que podia ao Banco de Portugal. Isto significa que, se não passou mais informação, foi porque ela era cortada dentro do BPN. É isto?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, as informações que não consegui obter não podia dar, claro! Dei aquilo que pude obter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Isto apenas é importante por uma razão: percebermos até que ponto houve falhas da supervisão ou se a essa supervisão foi sonegada informação.

O Sr. Doutor esteve à procura de passar informações ao Banco de Portugal sobre factos ilícitos que ocorriam na gestão anterior ou sobre matéria de rotina da situação do Banco Português de Negócios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Olhe, é o caso, por exemplo, do famoso Banco Insular. Queriam saber, mas eu não conhecia... Só sabia que havia alguém que aparecia lá de vez em quando e que diziam que aquilo não era nosso, que era de outra entidade. Mas quando comecei a ser apertado pelo Banco de Portugal, dizendo-me: «Tem de dar essa informação», andei

(permita-me a expressão) «à pesca» daquilo que era possível sobre o Banco Insular. E chegámos a um ponto que — lembro-me —, falando com alguém, vi que o Banco Insular pertencia ao Grupo. Havia uma declaração... até falei com ele... com um advogado, ou assim... e obtive isso. Mas, depois, as pessoas que se seguiram a mim disseram que não era assim. Eu, por mim... Só obtive aquilo que obtive, o resto, depois, não sei. Para mim, veio uma declaração de um *truster*, já não me lembro... Desculpe, mas isto já foi há tantos anos que eu já quis apagar tudo da minha memória! Só sei é que eu, nos últimos momentos da... Há uma carta escrita por mim para o Banco de Portugal a explicar, a dizer que a propriedade era da SLN. Isso foi porque alguém que estava ligado ao processo, pelo menos eu julguei que estava ligado ao processo, veio dizer-me que era assim e deu-me uma morada em Gibraltar (já não me lembro onde é que era...), não era em Gibraltar, era nos Estados Unidos da América, para onde perguntei: «Quem é o titular?». E, então, veio a resposta à pergunta, que foi devidamente credenciada, claro!, pois eles não a davam a qualquer pessoa, e disseram que o titular era a SLN.

Mais tarde, eu já não estava na presidência, disseram-me: «Não, não é assim!». «Pronto! Vocês é que sabem!»

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, sobre o Banco Insular, de facto, já das outras vezes que aqui veio, ao longo da outra Comissão de Inquérito e também desta, se foi percebendo a confusão que é, mas também já se percebeu que, pelos vistos, o Banco Insular era, de facto, da SLN.

Queria colocar-lhe mais dois bloco de questões.

Como é que passou o seu testemunho ao Dr. Miguel Cadilhe? Isto é, que contas passou, que situação financeira do Banco, e que situação policial, se é assim que se pode dizer, passou ao Dr. Miguel Cadilhe?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Já não me posso lembrar dos pormenores todos, mas naturalmente que havia um relatório que eu fiz nas vésperas, na altura da assembleia geral, quando se mudou a gestão. Tinha feito um relatório e pus-me à disposição para qualquer coisa mais que quisessem. Nunca me perguntaram nada e, portanto, continuei sem dizer mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, então, não entrando em pormenores, não percebendo o relatório, o plano que o Dr. Miguel Cadilhe apresentou para salvar o Banco, na situação em que o Sr. Dr. conhecia o Banco, salvá-lo-ia, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não posso comentar sobre nisso. Eu só sei que fui observando. Durante os quatro meses disseram-me para eu não



fazer nada porque estávamos à espera de alguém, que era o Dr. Cadilhe. Portanto, durante os quatro meses, em que poderia fazer muita coisa, não consegui fazer nada, porque diziam-me: «Esteja aí só à espera, porque há de vir o novo presidente». Pronto! Eu sei que depois — não posso criticar a administração seguinte — não houve muita atividade proactiva de modo a fazer qualquer coisa.

Não conheço o plano do Dr. Cadilhe e, portanto, não sei o que aconteceu. Já ouvi muitas versões, mas eu não queria comentar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, assim sendo, não querendo comentar, não posso pedir...

Vou perguntar-lhe o seguinte: o Banco Efisa tem sido um banco muito falado aqui — e este é o último bloco de questões sobre este assunto. O Sr. Doutor sabe que o Banco Efisa está em situação de pré-falência, de falência? É o que nos dizem aqui. O Dr. Jorge Pessoa esteve nesta Comissão e disse-o. O Sr. Doutor, em tempos, esteve interessado em comprar o Banco Efisa. Sabia que o Banco Efisa estava nesta situação, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Desculpe, o Banco Efisa não estava nessa situação. Claro que, durante a crise, sofreu alguma coisa.

Apresentei a minha primeira proposta, ainda com o Dr. Cadilhe. Ele pediu-me para apresentar uma proposta e eu apresentei-a ao Dr. Cadilhe, e ela foi ignorada.

Mais tarde, durante o período em que estive lá a gestão do Dr. Bandeira, ele, um dia, chamou-me e disse-me — aliás, foi a única vez que ele me falou, durante um ano em que estive lá: «Soube que queria comprar o Banco. Quer apresentar uma proposta?» Eu disse: «Sim». E ele disse-me: «Então, apresente-a até à semana que vem, na quarta-feira, porque eu, depois, vou viajar». Eu fiz a proposta e nunca me deram resposta.

Depois, ouço, pelos *media*, que não era credível... Eu não sei se foram contar as notas ou se foram ver os números... Não sei o que é que foi para dizerem que não era credível! Eu apresentei! Estava mal, claro! Mas não estava falido! Apresentei aquilo que eram os capitais próprios e disse: «Essa é a proposta, mas é discutível!». É a maneira de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sr. Presidente, permita-me que acrescente mais uma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — O Banco Efisa é um banco muito especial. Era especial!

É um banco que se baseia mais nos neurónios das pessoas que estão lá do que no dinheiro. E, portanto, é muito importante que as pessoas da administração aportem negócios para o Banco, e eu não sei, durante este

tempo todo, quem é que tem aportado negócios. Eu sei que os meus colaboradores dizem que estão à espera, que estão de mãos atadas, que não podem fazer nada.

Portanto, aquele Banco tem de ter negócios para poder sobreviver.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, se me permite, passarei a palavra ao Deputado Basílio Horta para continuar a questionar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado, é apenas para fazer uma pergunta.

O Sr. Dr. Abdool Vakil diz-nos que, durante o período em que estive, não o deixaram fazer nada, quer dizer, disseram-lhe: «Esteja quieto que vem aí alguém».

Eu conheço o Sr. Doutor e sei a sua experiência bancária. Por isso, lhe pergunto: por que é que o Sr. Doutor continuou presidente do conselho de administração, nessas condições?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Pergunta, e bem! Eu só não quis foi dar nada de sinal de que me eu ia embora ou coisa assim, e ficava o banco sem

nada. É que, de facto, como sabe, um banco é uma coisa muito frágil e, se houvesse um sinal desses — que não há administração, etc. —, podia até haver uma corrida ao banco.

Portanto, eu quis só estar ali para não criar nenhum problema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Basílio Horta, faça favor.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, ainda insistindo, pergunto: quem é que dava essas instruções ao Sr. Doutor para estar quieto? Imagino que eram os acionistas, não é? E como é que o Sr. Doutor interpreta essa posição dos acionistas? Porque era normal...

Vamos lá ver: o Sr. Doutor, quando tomou conta da presidência do conselho de administração do Banco, mesmo por quatro meses, deve ter notado que o Banco estava numa situação caótica, ou seja, com atos que, se não eram criminosos, eram muito próximos de atos criminosos. O Sr. Doutor teve essa sensação quando tomou conta do Banco, ou não teve?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não. Porque não havia indícios, digamos assim, claros disso. Ao longo dos quatro meses é que fui vendo coisas, porque, de facto, as coisas não eram transparentes. Estou a dizer-lhe que eu era administrador do Banco, mas não executivo, e tinha a parte internacional, só ia aos conselhos uma vez por semana, mas nunca me apercebi de que havia coisas dessas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — É que realmente é uma situação um pouco estranha.

O Sr. Doutor fez uma afirmação que, creio, é bastante importante. Se bem entendi a sua afirmação, diz que havia pessoas que sonegavam informações que o Sr. Doutor devia mandar para o Banco de Portugal. Quer dizer, o Banco de Portugal pedia coisas, o Sr. Doutor queria mandar mas sonegavam-lhe a informação. Quem é que lhe sonegava as informações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Agora nem quero lembrar-me dos nomes, mas havia pessoas que eram muito próximos do antigo presidente que tinham as informações todas e sei que, quando eu punha o homem que tratava da supervisão, a quem de manhã dizia: «Olhe, vá ali ao senhor fulano, ele deve ter informações para si», depois, acabava por não lhe dar nada. E andámos nisto durante algum tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, em relação a essas pessoas que lhe sonegavam informação, qual foi, depois, a posição das mesmas quando o Dr. Cadilhe assumiu a presidência do Banco? Continuaram a sonegar informações? Foram excluídos? O que é que aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Depois de eu deixar, nunca mais estive a par do que se estava a passar por lá. O Dr. Cadilhe estava à frente daquilo, eu nunca mais mexi. A única coisa para que me ofereci foi para informar daquilo que fosse preciso, estando à disposição do Dr. Cadilhe. Mas nunca houve conversas sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, e essas informações que pedia lembra-se sobre que assuntos eram? Quais eram os temas dos pedidos das informações. O que era?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Uma delas era sobre o Banco Insular — era o que estava a dizer há pouco —, e depois, havia muitas informações... É uma lista grande de coisas que havia e que estavam pendentes de informar o Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Tendo em conta o que o Sr. Doutor está a dizer, compreende-se realmente o problema da supervisão. Se isso continuou assim durante o resto do tempo, era difícil fazer supervisão. Quer dizer, o Banco de Portugal pedia informações, não lhas davam, sonegavam informações. Era realmente um pouco complicado sem informações.

O Sr. Doutor não deve ter conhecimento porque acabou de dizer que depois disso não soube mais nada do que se passou no Banco, mas diga-me

uma coisa: o Dr. Cadilhe alguma vez chamou o Sr. Doutor para prestar informações, para saber o que se passava? Alguma vez houve uma cooperação entre o Dr. Cadilhe e o Sr. Doutor, uma vez que tinha terminado o seu mandato?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Ofereci-me várias vezes, tivemos conversas, mas eram conversas mais de circunstância. Nunca houve interesse em saber o que se tinha passado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, desculpe: nunca houve interesse em saber o que se tinha passado anteriormente, é?! O Sr. Doutor diz isso?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sei que me pus à disposição para explicar o que fosse preciso, até porque o relatório que fiz, e que entreguei, devia ter pontos que podiam suscitar dúvidas e perguntas a fazer. Mas nunca me foram feitas. Não quer dizer que não me tivesse encontrado diversas vezes com o Dr. Cadilhe, que era muito simpático, chamava-me, eu ia lá, mas acabávamos por nunca conversar sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Temos de manifestar uma grande estranheza sobre isso. Eu não acredito que o Dr. Cadilhe tenha feito a sua proposta sem conhecer a situação do Banco.

Portanto, se não a conheceu por si, seguramente, conheceu-a por outras entidades. Por quem? Por que entidades é que ele poderia ter conhecido?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não faço ideia. Eu, pelo menos... Estou a dizer-lhe, ao contrário do que aconteceu no mandato seguinte, no do Dr. Bandeira, que nunca teve tempo para falar comigo — só uma vez por causa da tal compra —, com o Dr. Cadilhe, de vez em quando, encontrávamos-nos. Mas, por qualquer razão, nunca chegámos a falar da situação do Banco. Aliás, como lhe digo, várias vezes procurei até dizer, antes de ele entrar, que havia coisas que eu podia falar e ele dizia: «Não! Espere! Eu ainda não decidi ser o presidente». Ponto! E, então, foi esperando.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Mas, durante a sua presidência, com quem é que o Dr. Cadilhe falava? Sr. Doutor, desculpe, mas não posso conceber... O Dr. Cadilhe, indo para a presidência do Banco, não falando consigo, tinha de falar com outras pessoas. Sendo o Sr. Doutor presidente do Banco, devia saber quais eram os contatos que o Dr. Cadilhe tinha dentro do Banco. Era importante essa informação para sabermos como foi formulada a proposta do Dr. Cadilhe e o que aconteceu nesse período.



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Que eu saiba, o Dr. Cadilhe tinha falado com os acionistas, que são os tais quatro, não me lembro do nome de todos (é o Sr. Almiro, é o Sr. Coimbra...), eram quatro e esses quatro, que chamo de uma espécie de..., que tratavam das coisas todas do Banco, sei que cederam instalações ao Dr. Cadilhe, no Porto, do Private, em que estava instalada uma equipa do Dr. Cadilhe. Não sei mais nada! Só sei que eles estavam lá a recolher informações. Que informações, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Estou a ver que o Sr. Doutor era um *sleeping chairman*, não é?

Sr. Doutor, para terminar, há uma questão que gostava de lhe colocar. Quando o Sr. Doutor pede informações a pedido do Banco de Portugal, que é uma autoridade pública, um regulador, e lhe sonegam informações, o Sr. Doutor não participou das pessoas que lhe sonegavam as informações? É que isso é um crime de desobediência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Participar a quem? De facto, eles não me diziam que não davam, mas estavam naquele esquema de demorar, etc. Estou a lembrar-me agora de um nome, o António Franco, por exemplo, que tinha muita informação. O Banco de Portugal pediu-me: «Veja se consegue obter essa informação», até nas vésperas de eu ir embora, e eu falei com o António Franco, que até estava de férias, ele tinha lá os seus

colaboradores, e ele disse: «Eu vou aí para falar com a supervisão.» A supervisão estava lá, no Banco.

Gostava de acrescentar uma coisa, embora não tenha de defender o Banco de Portugal: o Banco de Portugal não pode ser detetive, não pode ser adivinho. As pessoas que sonegam, sonegam. Pronto! Não dão...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Quem era este Sr. António Franco, Sr. Doutor? Quem era?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Era um dos administradores, que agora está em Angola, parece.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, já agora, qual era a sua equipa, quando o Sr. Doutor presidiu ao conselho de administração?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — A equipa, que herdei, era a mesma que veio do passado. Só saiu o presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Não tenho mais perguntas.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Até aí eu quis... Talvez, se fosse necessário, fizesse uma remodelação da equipa, mas disseram: «Não mexa nisso que o Dr. Cadilhe está a chegar». Pronto! Obrigado.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Já agora uma última pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — O Sr. Doutor nunca quis ser presidente do Banco, no futuro, pois não? Ou quis?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não tenho já idade para estar a aspirar a esses lugares. Fiz só aquilo por uma questão de... Como os acionistas disseram: «Tem de fazer esse papel, de dar essa colaboração», eu fi-lo, mas não é esse o objetivo. Tenho 76 anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — É que, na comunicação social, apareceu várias vezes o seu nome como pretendente à presidência do Banco em termos institucionais. Mas desmente que isso tenha acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Dr. Abdool Vakil e dizer que nós não requeremos esta audição, portanto, não temos muita substância para o questionar, por um princípio que definimos desde o início, o de que a matéria que foi apurada na anterior Comissão de Inquérito — e o Sr. Deputado teve oportunidade de colaborar com ela — está estabilizada em termos do nosso trabalho parlamentar e não contribuimos de maneira alguma para tentar repisar aquilo que já foi apurado por este Parlamento, a não ser que o pudéssemos fazer com o mesmo grau de profundidade, o que manifestamente não é possível.

Portanto, qualquer abordagem feita de forma superficial numa Comissão de Inquérito posterior, sobre questões que foram analisadas ao pormenor, só prejudica o trabalho que o Parlamento possa fazer, e muito menos participaremos em tentativas, também elas superficiais, de obter alguma conclusão do ponto de vista do trabalho da supervisão, como aconteceu aqui.

O Sr. Doutor não tem nada a ver com isto, pelo que peço desculpa por ter de fazer esta introdução, embora me pareça pertinente.

A questão do crime de desobediência tem a ver, em primeiro lugar, com aqueles a quem foi solicitada a informação. Depois, em cadeia, quem tem a obrigação de responder pode fazer o seu apuramento, apresentar as suas justificações e as participações nos órgãos competentes. Mas quem incorre em desobediência por não prestar informações é a instituição e quem responde por ela. Portanto, que isto fique bem claro.

Quem não pode conformar-se com isso é quem, do ponto de vista dos poderes públicos, tem a obrigação de obter essa informação. Se assim não fosse, nunca acontecia nada com nenhum órgão regulador, com nenhum órgão de política criminal, com nenhum tribunal. Bastaria dizermos que não houve colaboração e ficávamos todos descansados e de consciência tranquila, nunca seriam apurados factos, responsabilidades e nunca haveria consequências. Pelos vistos, dormiríamos todos de consciência tranquila, ou pelo menos alguns, pois, felizmente, tenho a certeza de que não seria assim com todos.

No entanto, como disse, isso não diz respeito ao Sr. Doutor.

No que diz respeito ao Sr. Doutor, faço umas questões muito simples.

Quando é que o Sr. Doutor saiu da presidência do Efisa, que isso, sim, já foi depois da nacionalização?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Foi já há três anos. Acho que foi em 2009, em novembro, se não me engano... Olhe, foi 13 de novembro, sexta-feira, não me esqueço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o que é que se passou relativamente às contas de anos anteriores, em que o Sr. Doutor era presidente do Banco? É verdade — e isso veio a público — que o Sr. Doutor se recusou a assinar a revisão de contas de exercícios anteriores?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Devem recordar-se que, a partir de certa altura, em 2008, 2009, os auditores falavam muito em imparidades (que, ao fim e ao cabo, são as antigas previsões) e sei que me opus a certas imparidades — até me foi permitido discutir algumas, porque outras disseram que eu não podia discutir. Havia, por exemplo, imparidades a 100% e, quando eu dizia que isso não era assim, porque mostrava os factos, passavam a zero. As imparidades são um bocado subjetivas.

Portanto, sei que fizeram várias imparidades. Até houve consequências disso — já foi depois de mim — e sei que, depois, tiveram que retornar muitas imparidades, tiveram de anular, porque também têm efeitos fiscais. Ora, tudo isso foi reparado. Não sei agora o que é que se passa, porque só oiço falar, pelos colegas que estão lá, que tiveram de reverter as imparidades. Mas as imparidades são uma coisa muito subjetiva, como sabem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade, Sr. Doutor. Mas – e, com a experiência que tem, o Sr. Doutor dirá – é difícil que o grau de subjetividade vá ao ponto de uma imparidade, depois uma discussão, ainda que seja com o presidente do Banco, passar de 100% a 0%. Pergunto se isso já é não será um nível de subjetividade que vai um bocadinho para além do normal. E o mesmo pergunto se passar de 0% para 100%, porque a questão é a variação ser de 100%.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não me lembro dos casos concretos, mas havia um caso em que o cumprimento estava a ser regular, as prestações estavam a ser pagas e vi que tinha 100% de imparidade. Perguntei: «Mas como é que isto pode ser? Isto está a ser pago! Só se nós...».

Depois faziam outra coisa. É que, depois, regressava-se ao ponto zero para fazer daí. E eu dizia: «Mas como é que é isso? Então, quer dizer, temos de ser adivinhos?! Temos de voltar atrás e fazer as imparidades desde o começo da operação? Não faz sentido!».

Portanto, houve umas dessas que consegui que ficassem a zero, mas houve outras em relação às quais não insisti mais, porque foi-me dito: «Nós não devemos insistir com eles, nem podemos discutir com o auditor», e eu calei-me.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, isto é importante porque é factual. O Sr. Doutor discutia nessa altura com o auditor do BPN e também do Efisa?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, era a Deloitte.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, o que se passava era que havia pelo menos um caso, que o Sr. Doutor citou aqui,

que estava a ser cumprido e foi declarada uma imparidade a 100%? Isso é relevante porque é um facto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Era subjetivo, pensavam que não ia ser pago, ou sei lá...É uma coisa subjetiva.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois com certeza, por apuramento...

Já houve aqui quem manifestasse uma opinião fundamentada de que o mesmo auditor, a Deloitte, num primeiro momento, em 2008, deteta um determinado nível de imparidades e, no decurso de 2008, faz disparar substancialmente o volume dessas imparidades. Isto afeta todo o universo BPN e também o Efisa, e aconteceu já depois da nacionalização.

O único facto evidente para podermos considerar uma alteração de circunstâncias foi a nacionalização. Não há outro. Mesmo do ponto vista da evolução dos mercados, não houve uma situação, um evento que justificasse o aumento do volume das imparidades — esta é uma afirmação sujeita a contraditório por parte do Sr. Doutor.

O Sr. Doutor consegue compreender que, durante o mesmo ano, sem ter havido nenhum fator a não ser a nacionalização do Banco, o mesmo auditor — nem sequer é outro auditor — avalie as imparidades de uma forma tão diferente, num espaço de tempo tão curto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.



O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Peço desculpa, mas eu não sei responder a isso. Eu, depois, também me fui embora, como sabe, e estive lá pouco tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas consegue encontrar algum critério técnico que possa justificar que um mesmo auditor — e o Sr. Doutor conhecia a situação do Banco e não estamos a falar dos valores absolutos das imparidades — num espaço de tempo tão curto dê dois valores tão diferentes para as imparidades? Do ponto de vista técnico, isto pode justificar-se? Há alguma razão técnica que possa justificar isto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Peço desculpa, mas gostava que me esclarecesse melhor a sua pergunta, porque eu ainda não a percebi muito bem, desculpe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É conhecido o valor das imparidades do Banco antes da nacionalização e o valor das imparidades no fecho de contas de 2008 e vemos que o valor disparou substancialmente.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, sim!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aliás, o Sr. Doutor já nos confirmou aqui que isso também aconteceu com o Banco Efisa...

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, sim!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — e que até foi revisto para trás, razão que justificou que o Sr. Doutor não assinasse essas contas por não concordar com elas.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que pergunto é se há critérios técnicos que possam sustentar esta evolução de análise por parte do auditor sem que nós vislumbremos nenhum evento que a possa justificar.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Eu acho que não. Não havia nada de lógico nisso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem, Sr. Doutor, ficamos esclarecidos sobre essa matéria.

A segunda questão tem a ver com algo que já aqui foi referido, ou seja, sobre a possibilidade de compra do Efisa. O Sr. Doutor, em dois

momentos, manifestou disponibilidade para fazer uma proposta para aquisição do Banco Efisa: num primeiro momento, ainda na administração Cadilhe, e não teve resposta; e, num segundo momento, já na administração pública, na administração da Caixa Geral de Depósitos, e também não teve resposta.

O Sr. Doutor sentiu, na altura, que havia uma intenção genuína de vender o Efisa quando isso lhe foi perguntado? Depois, pelo facto de não obter resposta, manteve essa opinião? Como é que consegue justificar, se é que consegue, o facto de, tendo o interesse, tendo manifestado esse interesse, tendo feito uma proposta, não tenha havido qualquer consequência?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Infelizmente, pessoalmente, não estou em condições de comprar banco nenhum, porque não estou bem, mas, na altura, tinha apoios de pessoas que me conheciam e sabiam que o Banco Efisa era, como elas diziam, o meu «bebé».

Portanto, eu sabia bem o que aquele banco era e essas pessoas juntavam-se comigo e comprávamo-lo. Como sabe, nestas coisas, perante algumas entidades que tentam apoiar-nos, perdemos a credibilidade quando as coisas não acontecem, e isto aconteceu por duas vezes. Não sei porquê! Se calhar, não me queriam vender mesmo... Não sei!

Quando o Banco foi nacionalizado, eu fui falar com o presidente da Caixa e disse-lhe: «Vejo que o Efisa não foi nacionalizado. Faz parte do património mas não é nacionalizado e eu gostava de ver se ainda conseguia salvar o Banco. Arranjo um grupo para comprar isso.» Mas, depois, nunca me deram resposta.

Mais tarde, apareceu o Dr. Bandeira a pedir-me, de um momento para o outro, o seguinte: «Venha cá, quero falar consigo. Quer comprar o Banco? Então, apresente uma proposta até à próxima quarta-feira, porque eu na quinta vou viajar.» E, pronto!, eu apresentei a proposta, claro que já com um número diferente do que eu tinha apresentado ao Dr. Cadilhe, porque, entretanto, a situação do Banco foi-se deteriorando, e a única coisa que eu disse foi que esse era o valor dos capitais próprios, era natural, e que era negociável. Mas, também, nunca tive resposta.

Depois, veio aqui alguém ao Parlamento e disse que a proposta não era «credível», se não me engano... Não sei por que é que não era credível!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor disse aqui uma coisa que é relevante, ou seja, que o valor desta proposta já seria diferente do da proposta que teria feito ao Dr. Miguel Cadilhe.

Ora, é público que o Estado, neste momento, através da Parparticipadas, uma das instituições que está a tentar vender, reprivatizar, é exatamente o Banco Efisa.

Naturalmente, não vou perguntar se o Sr. Doutor está interessado neste processo, porque, estando a correr, não faz sentido que se interfira nele, mas pergunto: do ponto de vista académico, se o Sr. Doutor estivesse interessado e conseguisse reunir novamente esses parceiros para apresentar uma proposta para a aquisição do Banco Efisa, o valor que, neste momento, proporia seria igual, inferior ou superior ao que ofereceu na altura em que apresentou a proposta ao Dr. Francisco Bandeira quando ele era presidente do BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Naturalmente, seria muito inferior, embora eu não conheça formalmente os números todos, tenho uma ideia do que se passa, mas seria muito diferente.

O Banco Efisa, como disse há pouco tempo, é uma entidade muito especial, pois não é um banco comercial, se bem que, claro, tem uma licença que também dá para ser banco comercial, e para fazer do Banco outra vez um caso de sucesso eu teria de olhar — e Portugal é pequenino e não chega para o Efisa — para outras zonas geográficas, onde tenho contactos e podia pensar... Mas, nesta altura, se calhar, já nem quero.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não tenho mais questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Abdool Vakil bom dia.

Não vou questioná-lo sobre o período anterior à nacionalização, pois quem ler as atas das suas duas audições, em 16 de janeiro e em 30 de abril de 2009, fica completamente elucidado sobre a participação que teve ao longo dos anos no Banco Efisa, no BPN e no Grupo SLN. Portanto, não vou questioná-lo sobre essa matéria, pois acho que foram suficientemente

claras as suas audições anteriores, para que haja qualquer necessidade de voltar ao tema.

No entanto, quero colocar-lhe três ou quatro questões para tentar perceber o que aconteceu depois da nacionalização.

O senhor abandonou o Banco Efisa em novembro de 2009, sexta-feira, dia 13. Foi o que disse há pouco. Porquê?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não sei! Só sei que me vieram dizer que queriam uniformizar a administração. Mudavam os estatutos e passava a ser a mesma administração a presidir e a ser a administração do Banco Efisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, foi uma informação/decisão do conselho de administração do BPN.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, senhor!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Doutor, se não estou enganado, é objeto de uma acusação por parte do Ministério Público. Quando é que ela foi formulada?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — De quê?!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Confirma ou não confirma e quando é que ela foi formulada?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não conheço nenhuma acusação!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O senhor não é arguido em nenhum processo em curso?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Que eu saiba, não!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Em nenhuma instituição?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Eu não conheço!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Obrigado pela informação, que nós registamos.

Sr. Doutor, pelos vistos, não houve duas mas três tentativas de compra do Banco Efisa por parte de V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Duas!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Formalmente, talvez tenha sido assim, duas, mas houve dois momentos em que o senhor ficou interessado em comprar o Banco Efisa: um, na altura do Dr. Miguel Cadilhe; outro, logo a seguir à nacionalização, manifestando o interesse em adquirir o Banco Efisa ao Eng.º Faria de Oliveira, e, depois, formalmente, digamos assim, um pouco mais tarde, por volta de março de 2009, apresentando uma proposta concreta ao Dr. Francisco Bandeira.

Sr. Doutor, eu achei curiosa, na altura, uma afirmação que o senhor fez, em abril de 2009, de que lamentava a falta de resposta do Dr. Francisco Bandeira mas que, da sua parte, estava perfeitamente tranquilo, porque o seu interesse era voltar à atividade bancária e se não fosse no Banco Efisa haveria de ser, seguramente, noutro banco qualquer.

A pergunta que lhe coloco é a seguinte: havendo, da sua parte, um evidente interesse na recuperação do Banco Efisa, o senhor, não tendo tido nenhuma resposta do Dr. Francisco Bandeira, nunca mais apresentou nenhuma iniciativa para comprar o Banco Efisa em momento posterior? Isto é, o conjunto de pessoas que o suportaram em agosto de 2008 e em março de 2009 — e até em novembro de 2008, pode dizer-se — esta sua intenção de compra desistiram dessa compra?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Desistiram.

Aliás, eu só estava a olhar para o Efisa, porque era um banco que eu tinha criado. Eu não estou interessado em mais nada! Nesta altura, então, já não quero mais nenhum projeto, porque já não tenho idade para começar coisas novas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, depois da nacionalização, o conselho geral do Banco Efisa desempenhou algum papel?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.



O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — O conselho geral do Banco foi simplesmente ignorado pelo grupo.

Portanto, havia conselhos gerais, encontrávamo-nos, mas nunca deram satisfação a ninguém do conselho geral até mesmo quando houve...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está a referir-se a depois de novembro de 2008?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, estou a falar de pessoas que nada têm a ver com o dia-a-dia do Banco Efisa, que eram do conselho geral. Nunca lhes foram apresentados cumprimentos, nem de boas-vindas, aquilo que era de cortesia normal... Podia até não ser connosco, que, se calhar, não queriam, mas o conselho geral tinha até pessoas que eram estranhas ao Banco, mas a verdade é que nunca houve conversas e, quando foram embora, também nunca disseram nada.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — «Embora», significa março de 2012...

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não é março mas novembro de 2009. Quando saímos do Banco Efisa...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quando o Sr. Doutor saiu...

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Estamos a falar do conselho geral do Banco Efisa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quando é que ele terminou funções?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — No tal dia 13 de novembro de 2009.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, terminou funções ao mesmo tempo que o Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — E o conselho geral também.

O que estou a dizer-lhe é que nunca disseram nada nem aos membros do conselho geral. Nunca disseram: «Olhem, tomámos esta ou aquela decisão.» Eu é que tive de dizer aos membros que cessavam funções.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, para que fique registado: em novembro de 2009, quando houve esta decisão do conselho de administração do BPN, importa-se de nos dizer quem é que fazia parte do conselho de administração do Banco Efisa e quem eram os membros do conselho geral.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Vou tentar lembrar-me: no conselho geral, estavam o Prof. Augusto Mateus, o Dr. José Lamego, o Dr. Carlos Barroso, o Dr. João Freitas e Costa e... Bom, não consigo lembrar-me de todos.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E o Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Eram sete, com o presidente que, naquela altura, era o Dr. Oliveira Costa, que depois saiu e ficaram seis.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Faltam dois...

E as pessoas do conselho de administração?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Era eu, o Dr. João Salvado, o Dr. Joaquim Nunes, o Dr. Mahomed Iqbal e o Dr. José Augusto Oliveira Costa, filho do Oliveira Costa. Eram cinco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito obrigado pela informação.

Faltam dois elementos do conselho geral, mas, enfim, isso não é essencial.

Sr. Doutor, gostava de perceber uma discrepância que tem havido desde sempre sobre os resultados do Banco Efisa. De facto, parece-me pouco lógico ou pouco racional que os resultados do Banco Efisa pudessem ser positivos ou bons depois da sua integração no BPN. A primeira razão tem a ver necessariamente com a grande exposição do Banco Efisa ao BPN desde sempre; o designado *funding* era assegurado, e continuou a sê-lo depois da nacionalização, através de uma dependência total dos financiamentos do BPN.

Portanto, pode dizer-se que essa dependência e essa exposição eram enormes relativamente à capacidade e à dimensão do Banco Efisa. Eu queria confirmar se esta ideia é verdadeira ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não percebi muito bem essa pergunta. Está a dizer-me que o Banco Efisa não podia apresentar os lucros que apresentou?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, tenho alguma dificuldade em perceber a sua tese, que reiteradamente defende — aliás, acabou de a defender agora, até invocando o facto de não ter subscrito a revisão das contas do Banco Efisa feita já depois da nacionalização —, e uma das razões por que me é difícil perceber como é que o Banco Efisa podia alguma vez ter apresentado resultados positivos, antes ou depois da nacionalização, é a grande dependência que tinha do *funding* que lhe era prestado pelo BPN, que sempre lhe foi prestado, porque a dependência era enorme, pode dizer-se, face à dimensão do Banco Efisa.

Portanto, a questão que lhe coloco é esta: como é que o Banco Efisa alguma vez, depois da sua integração no BPN, podia ter sido um banco de resultados positivos se havia esta exposição enorme relativamente ao BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — O Banco Efisa nunca precisou de *funding* do BPN — antes de ser integrado, claro — porque tínhamos linhas de outros bancos e vivíamos com isso. Como o Banco Efisa não estava no setor do *landing*, portanto, de financiamentos, fazia mais serviços (e tinha alguma exposição, claro), vivia sem necessitar de *funding*, como aconteceu depois com o BPN.

Por uma questão de mercado, estando o Banco Efisa no Grupo, achou-se — e também concordo com isto — que não podia o Banco Efisa andar a pedir coisas aos bancos no mercado quando, ao mesmo tempo, a sala de mercado do BPN estava a fazer a mesma coisa. Portanto, tinha de haver uma certa coordenação e concertação, e por isso é que se agrupou tudo na sala de mercado do BPN. É claro que a exposição aumentou,

porque houve operações que o Banco Efisa foi quase obrigado a fazer pelo Grupo, mas nós não tínhamos nenhuma ideia de incobrabilidade dessas operações. Eram grandes pela sua dimensão, com certeza, mas não sabíamos que era uma coisa ruinosa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Isso significa que, a partir do momento em que houve a integração, começou a processar-se no Banco Efisa aquilo que se processava noutros sítios (não vale a pena entrarmos por aí), isto é, o Banco Efisa foi mais um instrumento de que o Grupo e os acionistas da SLN se serviram para financiamento de operações das suas empresas e foi mais, ou também, um instrumento de que os acionistas da SLN, em termos pessoais, se serviram para as suas operações de natureza privada, servindo-se, quer num caso quer no outro, de financiamentos que o BPN prestava ao Banco Efisa e que, naturalmente, depois se refletiram nas imparidades detetadas pela Deloitte e nos resultados crescentemente negativos do Banco Efisa. Isto é verdade ou não, Sr. Doutor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Que me lembre, nunca emprestámos nada a acionistas do Grupo, pessoalmente. Havia algumas empresas do Grupo que acederam a financiamentos no Efisa, mas havia a apreciação em conselho de crédito, independentemente do resto do Banco. Portanto, não foi feito de qualquer maneira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas esta é, ou não, a origem daquilo que passou a ser, após a integração, o «ADN» dos prejuízos do Banco Efisa, isto é, as operações com empresas do Grupo SLN e as operações pessoais (digo operações com acionistas, não estou a dizer que sejam pessoais no sentido de privado), portanto, as operações montadas com a participação direta de acionistas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Que me lembre, a única acionista empresa que acedeu a qualquer coisa — e nós estávamos ligados a outras operações —, porque tinha operações de *corporate finance* e depois de financiamento, foi a Avipronto, se não me engano. Foi a única, de resto não estou a lembrar-me de empresas pertencentes a acionistas que tivessem acedido a crédito; o que havia era empresas do Grupo, isso, sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Acho que é difícil o Sr. Doutor sustentar que antes ou depois da nacionalização os resultados do Banco Efisa pudessem ser outra coisa que não negativos.

Já foram aqui referidos pelo Sr. Deputado João Almeida as imparidades detetadas pela Deloitte, os prejuízos resultantes da ausência de *funding*, melhor, que passaram a ocorrer com a ausência de *funding* após a nacionalização, etc.

Queria recordar-lhe (e não vou ler-lhe o documento) que, para além das questões objetivas que determinaram resultados negativos no Banco Efisa, ou que eram potenciais causadoras desses resultados negativos

(talvez seja melhor dizer assim), que já discriminei e que são, de facto, a razão desses prejuízos, havia também uma gestão no Banco Efisa que não era a mais aconselhável, pois não, Sr. Doutor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não posso concordar consigo, Sr. Deputado, peço desculpa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, não é comigo que concorda ou não! Eu não queria voltar a ler-lhe as conclusões de uma auditoria do Banco de Portugal de agosto de 2008, não queria fazê-lo passar por essa maçada. É de tal forma demolidora que mostra claramente que a gestão talvez não fosse a mais aconselhável e a mais prudente na gestão dos créditos concedidos, nos riscos assumidos com operações cujos contornos eram pouco claros e potencialmente causadores de prejuízos para o Banco Efisa, e por aí fora.

O Sr. Doutor tem a consciência tranquila de que a gestão do Banco Efisa era também uma gestão modelar e cooperante com o Banco de Portugal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não sei nada... Não vou falar agora em modelar, mas não percebo o que está a dizer. Eu preferia até não comentar.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, eu conheço as conclusões das auditorias do Banco de Portugal ao BPN ao longo de anos e posso

dizer-lhe que os termos usados pelo Banco de Portugal relativamente ao BPN em algumas auditorias, que depois não tiveram a consequência por parte da supervisão, e os termos usados pela auditoria do Banco de Portugal de agosto de 2008 sobre o Banco Efisa não divergem em nada. Se quiser, se o Sr. Doutor me obrigar a isso, leio-lhe esses termos.

Portanto, se o BPN, o Grupo SLN não colaborava, e não colaborou, de facto, com a supervisão, e a supervisão deixou que não colaborasse ao longo de anos (esta é a verdade), também o Banco Efisa, que tinha uma supervisão autónoma, embora consolidasse, não cooperava com o Banco de Portugal e também, pelos vistos, era não sei se tão sensível ou se tão insensível quanto o Grupo BPN às recomendações do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Peço desculpa, mas discordo. Nós cumprimos sempre, nunca fizemos nada no Banco Efisa que se pareça com o que fez o BPN. Peço desculpa, mas não vou dizer mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, chamo a sua atenção para o tempo, pois já ultrapassou os 10 minutos de que dispunha.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, muito bem, o senhor discorda daquilo que digo, mas o melhor não é discordar daquilo que eu digo, é discordar daquilo que o Banco de Portugal disse em agosto de 2008. Porque eu não tenho nada a ver com isso!



O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Honório Novo.  
Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados,  
Sr. Dr. Abdool Vakil, bom dia.

Sr. Doutor, as minhas perguntas serão também muito direcionadas, visando apenas esclarecer algumas informações que têm sido veiculadas nas audições desta segunda comissão de inquérito e sobre as quais não tenho conseguido obter confirmação. Tenho, portanto, a expectativa de que o Sr. Doutor possa confirmar algumas dessas informações.

Primeira pergunta: alguns dos quadros da famosa coleção Miró eram propriedade do Banco Efisa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não tem nenhuma dúvida sobre isso?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Só se alguém comprou por nós!...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito bem.

Em relação à situação do Banco Efisa, pergunto se o Sr. Doutor pode dizer-nos o valor das propostas que fez para compra do Banco Efisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sr. Deputado, não me recordo dos valores exatos, mas sei que andavam à volta dos capitais próprios em cada momento.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas os capitais próprios eram negativos, ou estarei enganado?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não, longe disso.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Penso que não foi bem isso o que disseram aqui outros administradores do BPN.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Podem dizer o que quiserem, mas não é verdade. Quando fiz a proposta, nos dois momentos, os capitais próprios eram positivos; eram abaixo dos níveis dos capitais sociais, claro, mas não eram negativos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando o Sr. Doutor, em novembro de 2009, saiu do Banco, qual era exatamente a situação do Banco?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Peço desculpa, mas não consigo recordar-me dessas coisas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não ouvi, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não consigo recordar-me disso agora. Não me lembro. Tentei esquecer tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas, de uma forma global, geral, em novembro de 2009, do seu ponto de vista, a situação era melhor ou pior do que em novembro de 2008, por exemplo?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Claro que num ano se deteriorou, mas não era drástica, como é hoje.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, durante o período em que foi presidente do conselho de administração do Banco Efisa — estou a referir-me ao período entre a nacionalização e a sua saída, portanto, entre novembro de 2008 e novembro de 2009 —, houve alguma transferência de créditos ou outros ativos do Banco Efisa para o BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não lhe sei dizer, não me lembro, mas acho que não. Que créditos podiam ter sido transferidos? Não sei. Não me lembro. Transferir créditos do Banco Efisa para o BPN?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Créditos ou outros ativos do Banco.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não sei. Acho que não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas sabe que posteriormente isso aconteceu?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não. Também não sei.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Doutor não sabe que 160 milhões de euros de créditos e outros ativos do Banco Efisa foram transferidos para a Parvalorem? Isto é posterior à sua administração, bem sei.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — É posterior. Não estou a par disso.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Pensei que pudesse conhecer a situação, por isso é que lhe perguntei.

Sr. Doutor, se eu lhe perguntasse hoje, tinha ideia de um valor indicativo para a venda do Banco Efisa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — É difícil dizer porque não conheço os números exatos, mas sei que estão muito abaixo dos valores da altura em que fiz a oferta.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Como eu não sei o primeiro valor, diga-me mais ou menos quanto julga que vale.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Na altura, era o valor dos capitais próprios: da primeira vez foi vinte e tal milhões de euros; da segunda vez já foi entre 10 e 20 milhões de euros. Não sei exatamente o valor, mas sei que era próximo dos valores dos capitais próprios, com a cláusula de que era um valor a negociar, para depois se poder discutir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Então, o Sr. Doutor acha que hoje o Banco vale menos do que isso.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Vale muito menos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, há pouco perguntaram-lhe se, sim ou não, era arguido em algum processo-crime que estivesse ainda em fase de investigação.

Numa audição anterior, o Dr. Mário Gaspar informou-nos que tinha comunicado às autoridades, em abstrato, não especificou que autoridades eram, que tinha apresentado queixa junto dessas autoridades por terem identificado irregularidades na gestão e nas contas do Banco Efisa. De certa forma até associou isso à sua saída.

Quero perguntar-lhe se tem conhecimento dessa participação, dessa queixa ou dessas participações e dessas queixas, porque ele falou no plural e, portanto, não sei exatamente a que se refere, se tem alguma ideia de qual é a matéria em que se alicerçam essas participações.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não sei nada. A única coisa que posso dizer, para esclarecer, e que se tem falado muito é de uma ação contra mim, mas isso é do BPN.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Eu sei. Essa é outra questão, e já iríamos falar sobre isso.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Permita-me dizer que é estúpida, porque não faz sentido nenhum. Estamos a gastar dinheiro, que não só sai do meu bolso mas também, do outro lado, sai do Tesouro. Estamos a continuar uma ação que não tem fundamento nenhum. É a única coisa que tenho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, relativamente à administração do Banco Efisa, o Sr. Doutor não foi questionado, nem interrogado, sobre nada, nem tem conhecimento de qualquer processo, qualquer queixa, de qualquer participação em que o seu nome surja envolvido?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Obrigado!

Relativamente a este processo que o Sr. Doutor estava agora a falar, tanto quanto sei, houve uma primeira absolvição e agora há um segundo processo no Tribunal de Comércio, se não estou em erro.

Sr. Doutor, qual é a fase deste segundo processo? Tem ideia?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não sei. Só sei que vai continuar por algum tempo, porque dizem que o Tribunal de Comércio — e eu não sou advogado, não percebo nada disso... — tem muita coisa e que, portanto, aquilo pode demorar anos.

Agora, não sei se conhecem a fundamentação dessa ação...

O Sr. **João Semedo** (BE): — É o aumento dos vencimentos dos membros da administração, quando o Sr. Doutor foi nomeado presidente do conselho de administração. Julgo que é isso.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Sim, mas não foi feita por mim! Isso é que é falso! E está lá um documento apenso em que não está lá a minha assinatura. Quando chegar a altura — não sei quando...? —, quando forem ver a última folha onde estavam as assinaturas das pessoas vão verificar que não está lá a minha, mas dizem que vai levar anos. E eu vou pagando ao advogado.

Aquilo foi...

Os Srs. Deputados desculpem...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Aquilo foi, para ficar esclarecido — e os jornais continuam a dizer coisas sem saber, a que eu não respondo sequer... Quando estive, naqueles quatro meses, na presidência, um dos administradores veio ter comigo e disse que estava a ser prejudicado porque eles recebiam envelopes. Eu até, enfim, fui um bocado chato ao dizer: «Mas envelopes de quê?». Ele disse: «Bem, envelopes com dinheiro...» E eu disse «Envelopes com dinheiro não posso dar». «Mas o

Dr. Oliveira Costa dava-nos dinheiro para acertar, com o líquido, o ordenado que nós temos» — disse ele. E eu acrescentei: «Olhe, eu não posso fazer isso, mas vou falar com os Srs. Acionistas».

E falei com um deles. Disse-lhe: «Olhe, há aqui pessoas que dizem que estão a ser injustiçadas». Aliás, eu aí não recebi, nunca, envelope nenhum, eram só os outros meus colegas que recebiam. E, então, falei com um dos acionistas, com o Sr. Almiro Silva, que era o meu elemento de ligação, e disse-lhe: «Olhe, há isto assim, assim». E ele disse: «Então, vou falar com os meus colegas e depois venho ter consigo. E já agora...» — disse-me ele —, «... o senhor como presidente também não está a receber nada...». Eu respondi: «Não» e ele disse-me: «Então, a gente vai tratar disso. Respondi: «Os senhores é que sabem».

Ele voltou uns dias depois e deu-me um despacho, assinado pelos quatro acionistas e mais não sei quem, os administradores, a dar o ordenado àqueles administradores, digamos assim, para aumentar de modo a que o líquido fosse aquilo que eles estavam à espera e, depois, sei que fizeram uma coisa para mim, mas não me mostrou naquela altura, só depois soube pelo serviço de pessoal... Eu só me limitei a mandar o despacho para lá. E agora dizem que fui eu que assinei e que arbitrei o ordenado a meu favor, o que não é verdade!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, agradeço os seus esclarecimentos, mas, já estou como o Deputado João Almeida, essas são histórias de um processo que, de alguma forma, é exterior aos trabalhos desta Comissão.

Queria apenas fazer-lhe mais três perguntas.



Primeira, disse-nos aqui que, do seu ponto de vista, o Banco Efisa tem hoje um valor menor do que aqueles que o Sr. Doutor, nas suas propostas de aquisição, apresentou. Pergunto se, do seu ponto de vista, o Banco é ou não transacionável, hoje.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — O Banco é transacionável — também aconteceu com o BPN, não interessa já é história passada —, mas o enfoque de quem são os potenciais compradores depende muito da instituição. O Banco Efisa tem entidades que poderão estar interessadas porque ele tem um certo perfil, mas, juntando-se a uma outra instituição qualquer lá de fora, pode complementar as zonas geográficas que pode ter como cliente. Não pode ser qualquer pessoa que quer comprar o Banco Efisa, só para comprar. A não ser que o transforme num banco comercial, etc., etc. Mas também, hoje em dia, um banco comercial novo aqui, em Portugal, não sobreviveria, tem de ser parte de um outro grupo internacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — E o Sr. Doutor acha que, hipoteticamente, com essa caracterização que fez, há compradores para um banco como o Efisa?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Pode haver! Conheço entidades no Médio Oriente que têm zonas geográficas que podem complementar com as que o Efisa pode apresentar. Isto é, eles têm aquela região do MENA,

que é o Middle East and North Africa, por exemplo, e que pode juntar depois à Europa e ao Extremo Oriente.

Estou agora a dizer isto hipoteticamente, claro.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Estamos a falar no domínio das hipóteses.

Sr. Doutor, penúltima pergunta: enquanto o senhor foi administrador do Banco Efisa, teve relações comerciais com um banco chamado Banco Fiduciário?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não me lembro nada desse nome!

O Sr. **João Semedo** (BE): — A última pergunta que tenho de lhe fazer, é inevitável, tem a ver com o seguinte: o Sr. Doutor alguma vez imaginou este desfecho para o caso BPN, ou seja, o Banco vendido por 40 milhões, a constituição de sociedades-veículos que acumulam ativos e créditos que andam na ordem dos 5000 milhões de euros? Alguma vez imaginou que este fosse o desfecho de todo este processo do BPN, sendo certo que ainda não acabou, mas estamos a falar hoje? Alguma vez imaginou que o Banco pudesse ser transacionado por 40 milhões de euros? Alguma vez imaginou que a acumulação de ativos e passivos, créditos tóxicos e não tóxicos, valesse qualquer coisa como 5000 milhões de euros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — É muito difícil fazer algum juízo de valor sobre isso, porque o dizer que é 40 ou 45 milhões tudo depende do que vai no pacote. Eu sei que houve coisas negociadas das quais não conheço pormenores.

Portanto, podem dizer que é barato e, se calhar, é, não sei, mas estou a dizer-lhe que tudo depende do conteúdo que vai lá. A pessoa que comprou pode ter tirado algumas coisas, pode ter tirado alguns ativos, não sei, tudo depende de como é que foi empacotado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas surpreendeu-o este desfecho, ou não?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — A mim já nada me surpreende.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Doutor está um verdadeiro niilista.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, começo por saudar o Sr. Dr. Abdool Vakil.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que nós, grupo de Deputados do PSD, não temos nenhuma nem pergunta inevitável nem evitável.

Sr. Doutor, face às suas vindas à comissão de inquérito anterior, face ao objeto da Comissão, face também à colaboração que tem dado nos

nossos trabalhos na comissão anterior, gostaria de agradecer essa colaboração e dizer-lhe que, do nosso ponto de vista, conforme julgo que já se apercebeu de audições anteriores, o Dr. Abdool Vakil ou seja qual for o depoente que venha a esta Comissão nunca será tratado como um arguido mas, sim, como alguém que vem colaborar na descoberta da verdade e daquilo que nos interessa no Parlamento.

Feitas estas notas prévias, direi o seguinte: nós não fomos os requerentes desta audição, mas não gostaríamos de, face a todo este enquadramento, deixar de lhe colocar duas questões que são genéricas, não são questões concretas, sobre situações concretas quer do Banco Efisa, quer da sua passagem pela administração do BPN — tudo isto já foi objeto da Comissão anterior, já foi devidamente apurado, enfim, não vamos repetir porque julgamos que não vale a pena repetir aquilo que já consta das atas.

A primeira questão tem a ver com o período antes da nacionalização e é, de certa forma, não peço para nos dar uma opinião mas para nos dizer se ouviu falar disto antes da nacionalização. Quer no período em que foi presidente do conselho de administração do BPN, antes do Dr. Miguel Cadilhe, quer nos períodos anteriores em que estava no Banco Efisa, durante esses mandatos, sobretudo naquele período de 2008, portanto antes da nacionalização, alguma vez ouviu falar que a solução para o BPN, para o Efisa e para o grupo que estava à volta do BPN era a nacionalização? Alguma vez ouviu falar que a nacionalização era a solução para esse grupo? Alguma vez ouviu falar que a solução era a nacionalização não só para o Grupo BPN mas também para o Grupo SLN? Alguma vez ouviu falar? E, se ouviu, quando é que ouviu pela primeira vez?

Penso que percebeu bem a minha pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Nunca se falou nisso.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Eu depreendo que só se tenha falado da nacionalização quando ela aconteceu.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Foi precisamente isso!

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Uma segunda questão, e esta já é após a nacionalização. Eu percebi que o Dr. Abdool Vakil esteve, num período de um ano, como administrador do Banco Efisa a trabalhar diretamente com a administração do banco nacionalizado, presidida pelo Dr. Francisco Bandeira.

Gostava que me respondesse o seguinte: durante esse período, qual foi o relacionamento concreto do administrador do Banco Efisa com a administração do banco nacionalizado? Terá havido alguma alteração. Qual foi a alteração que encontrou, se é que houve, e qual foi o relacionamento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Eu acho que havia um certo distanciamento. Nós não tínhamos grande diálogo. Eu sei que os meus colegas da parte do crédito iam à comissão que se reunia em conjunto com o BPN, mas, de resto, eu diria que havia um certo «divórcio», digamos assim, porque muitas coisas não eram concertadas.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Mas nesse «divórcio» notou que tivesse havido, inclusivamente, alguma hostilidade? O Dr. Abdool Vakil

costumava participar nas reuniões do conselho de administração do BPN nacionalizado, uma vez que o Banco foi nacionalizado em outubro ou novembro de 2008 e o Sr. Doutor esteve durante cerca de um ano até sair do Banco Efisa?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Não participava na reunião do conselho do BPN, porque eu não era membro desse órgão, digamos assim. Mas havia órgãos como o conselho de crédito, em que as pessoas do Banco Efisa que tratavam dessa área iam lá às respetivas sessões onde eram decididos os créditos. Isso havia. Agora, não ia ao conselho de administração do BPN porque não era membro.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Mas o Dr. Abdool Vakil, durante esse ano, teve algum contato direto com o presidente do conselho de administração do BPN para tratar de assuntos do Banco Efisa com o BPN? Achou normal não haver esses contatos? Havia alguma razão — e esta é a última pergunta — para que, como já disse, não houvesse esse contato com o presidente do conselho de administração do BPN?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — O meu contato era mais com o Dr. Gaspar, de vez em quando falávamos, com o Dr. Lourenço Soares e, às vezes, com o Dr. Pedras. Com o Dr. Bandeira, como disse, só tive um contato durante aquele ano. Eu pedi várias vezes até para ir só cumprimentá-lo quando ele foi nomeado, mas nunca fui recebido e, quando ele me chamou para perguntar se eu queria comprar o Banco, foi quase de raspão, porque ele tinha saído de um conselho para entrar noutro. Chamou-me a mim e aos meus colegas e perguntou-me se estava interessado e disse

que se eu queria fazer a proposta, tinha de ser até quarta-feira seguinte porque na quinta-feira ia para fora, ia para Moçambique...

Portanto, foi isso que eu fiz. Nunca mais o vi!

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Antes de terminar pergunto o seguinte: o Dr. Abdool Vakil acha normal que nesse período de um ano, estando à frente do Banco Efisa, não tenha havido da parte do presidente do conselho de administração do BPN um tratamento de contacto para solução dos problemas?

O Sr. Dr. **Abdool Vakil**: — Achei estranho, de facto. Quando escrevi a minha última carta em que expus todos os problemas que tinha e que não tinham sido vistos, achei a resposta estranha e pensei que não devia ter sido escrita pelo Dr. Bandeira, porque dizia: «Não sei por que está a escrever uma carta tão longa, porque podia pedir uma reunião». Ora, nunca consegui ter reuniões, pelo que achei estranho ele dizer isso naquela carta. Portanto, aquela carta não foi escrita por ele. É só isto.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Da minha parte, é tudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se algum dos Srs. Deputados deseja inscrever-se para uma segunda ronda...

*Pausa.*

Não vejo nenhuma manifestação de interesse, pelo que podemos dar por concluída esta audição.

Tomei nota de dois ou três documentos que podem ser interessantes para os trabalhos desta Comissão, e de que vos quero dar conta.

Em primeiro lugar, o relatório apresentado pelo Dr. Abdool Vakil à assembleia geral, quando terminou as suas funções como presidente do conselho de administração do BPN, pois creio que ainda não está no acervo documental desta Comissão.

Seria, também, certamente, muito importante ter as propostas que foram apresentadas, primeiro, ao Dr. Cadilhe e, depois, ao Dr. Francisco Bandeira, para a compra do Banco Efisa. Portanto, Sr. Dr. Abdool Vakil, se conseguir recuperar essas propostas, creio que seria importante tê-las no acervo da Comissão, mas, de qualquer forma, depois, colocarei isto por escrito e enviar-lhe-ei um ofício neste sentido.

Srs. Deputados, não havendo outros assuntos a tratar e estando concluída esta audição, agradeço ao Sr. Dr. Abdool Vakil pela sua colaboração, mais uma vez, com esta Comissão.

Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos, os quais serão retomados às 15 horas, com a audição da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.

*Eram 11 horas e 6 minutos.*